



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 102/2025

O Vereador abaixo assinado, com fundamento no inciso II do art. 18 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, satisfeitas as formalidades vigentes, vem apresentar a presente **EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 102/2025**.

Suprime o art. 6º do Projeto de Lei nº 102/2025, que propõe a inclusão do art. 169-A na Lei Complementar nº 5.915, de 02 de dezembro de 2019, que possui a seguinte redação:

***Art. 169-A.** Os interessados e responsáveis pelos empreendimentos ou intervenções urbanísticas de impacto ficam sujeitos, como condição para a emissão do Termo de Compromisso, ao pagamento dos Preços Públicos, eventuais taxas e outras custas, que se mostrarem aplicáveis no decorrer do procedimento.*

***Parágrafo único.** O Poder Executivo fixará, em ato próprio, os Preços Públicos aplicáveis aos atos regulados por esta Lei.*



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Pág. - 2

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe a supressão do artigo 6º do Projeto de Lei, que inclui o art. 169-A na Lei Complementar nº 5.915/2019, visando à melhor adequação do dispositivo aos princípios constitucionais da legalidade, da reserva legal e da segurança jurídica.

O dispositivo estabelece que, como condição para a emissão do Termo de Compromisso, os responsáveis pelos empreendimentos urbanos deverão efetuar o pagamento de Preços Públicos, taxas e outras custas, cujos valores seriam definidos exclusivamente por ato do Poder Executivo, sem a definição prévia em lei. Essa abordagem pode ser aprimorada, pois a criação de encargos financeiros, de forma geral, requer a devida previsão em norma legislativa, a fim de assegurar maior clareza e conformidade com o princípio da legalidade.

Além disso, a proposta, ao transferir a definição dos valores para o Executivo, pode ser interpretada como uma desconformidade com o princípio da reserva legal, que exige que a criação de tributos e encargos seja sempre estabelecida por lei, permitindo um maior controle e transparência no processo.

Finalmente, a falta de parâmetros claros para a fixação dos valores compromete a segurança jurídica, ao gerar possíveis incertezas quanto às obrigações a serem impostas, o que poderia afetar a previsibilidade e estabilidade das relações jurídicas.

Por essas razões, a supressão do artigo é recomendada, a fim de assegurar que a instituição de encargos financeiros se dê de forma mais clara e adequada, em conformidade com os princípios constitucionais que orientam o Direito Público.

Câmara Municipal de Muriaé

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Mello, 24 de abril de 2025.

Reginaldo Roriz
Vereador - SOLIDARIEDADE
1º Secretário

Cássia Ribeiro de Souza -PT
2ª Vice-presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Pág. - 3

Cleisson Evangelista de Souza
(Cleissinho) - MDB
Vereador

Munique Helena da C. Alves
(Munik da Saúde) - PSB
2ª Secretária

Carlos Antônio Ferreira (Carlos
Macuco) - PODE
Vereador

Leonardo Pereira - PRD
Vereador

Kerlim Zapotek - SOLIDARIEDADE
Vereador

Ivonete Lacerda Andrade - PODE
Vereadora

Adilson Duarte - PSD
Vereador